



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - NESPREV
Conselho de Administração

Ata nº 009/2022

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, as treze horas, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho de Administração do NESPREV nomeadas através da Portaria nº 238 de 18 de junho de 2020, presentes as seguintes conselheiras: Ana Claudia Tuzi Serafini, Alda Sperandei Munareto e Bruna Frizzo e nomeada pela Portaria nº 246 de 10 de março de 2022 a conselheira Cíntia Duarte, em substituição a conselheira Iolanda Teresinha Carloto Pavanelo. A conselheira Fabiana Chaves Brizolla não se fez presente, mas apresentou justificativa médica, atestado, para a ausência da referida reunião, estando previsto legalmente, de acordo com o artigo 6º, parágrafo único do Regimento Interno. Presente também as seguintes pessoas: Gestora Elisandra Saciloto, conselheira Daniela Tolfo Peranzoni, servidor Alan Pasini, Secretária de Fazenda e Planejamento Ana Paula Pizzolato da Silveira, Contador Paulo Renato de Matos Junior e Auditora de Controle Interno Luciane Minuzzi Lanes. Também se fizeram presente a Senhora Nuria Lopes Broll, representante da empresa Referência Gestão e Risco e contamos com a presença online do atuário Guilherme Walter, responsável técnico pela elaboração do Relatório de Avaliação Atuarial 2022. Destacando que foi enviado convite através de comunicação eletrônica, tanto, para os vereadores da Casa Legislativa, bem como demais envolvidos na gestão do RPPS, bem como os servidores vinculados ao NESPREV, dando com isso transparências as ações do Regime. Conforme a pauta, foram tratados os seguintes assuntos: inicialmente a gestora inciou a reunião dando as boas vindas ao atuário e representante da empresa Referência Gestão e Risco, apresentando os participantes presentes, passando para o início dos trabalhos. Posteriormente o atuário começou com a sua apresentação, quando optou por ser RPPS, agregou normas para si, dentre elas avaliação atuarial, que é obrigatório, partindo disso, quem se interessa é de dentro para fora, faz avaliação, entrega para a gestão, conselhos e executivo, que se interessa pelos resultados e vai para a casa legislativa, tudo isso dentro do município. Extrapolando isso, percebemos que agora, nos últimos três anos, é um movimento cada vez mais forte de levar as informações do RPPS para os colegas, para a sociedade como um todo. Temos visto muito os RPPS, começarem a fazer as audiências públicas, assembleias, etc. Muitas vezes os colegas servidores mal sabem que existe RPPS, faz-se prerrogativa de levar conhecimento para todos, movimento esse que temos visto presente, todos se apossar do conhecimento. De fora quem se interessa e os órgãos de fiscalização, a SPREV (se volta para o RPPS através do CRP) verifica ações do RPPS em todos os segmentos, e TCE-RS que volta os olhares para o executivo, que trata sobre os investimentos e calculo atuarial, com ações voltadas as ações do prefeito, se está cumprindo as ações que o caculo atuarial aponta. Com tudo isso, temos que entender para que serve, os objetivos, a determinação do passivo atuarial, as provisões e também o plano de custeio. A Provisão é o compromisso do plano de previdência, que valor representa esse compromisso. Plano de custeio representa o conjunto das alíquotas que são cobradas dos servidores e do executivo. Avaliação visa redimensionar o passivo e verificar se as alíquotas que estão sendo cobradas previstas em lei, podem ou não ser mantidas e se não podem qual deveria ser as novas. Avaliação do ano de 2022, com data focal de 31 de dezembro de 2022. Com isso explicou um pouco para os presentes o funcionamento da Avaliação Atuarial, quais são os seus objetivos conjuntos e essenciais para a saúde do Regime, explicando os conceitos de Passivo Atuarial e Plano de Custeio. Os últimos dois anos avançaram no tocante ao passivo, em virtude do histórico da pandemia, onde o plano de capitalização, tivemos uma taxa de 4,91% com a justificativa de mínimo entre duration e meta da Política de Investimentos. Temos nos resultados apurados, 4,21 ativo para cada assistido, com isso estamos acima da media dos regimes próprios. Quando falamos em avaliação atuarial temos que fazer o link com projeção, futuro, ou seja, daqui para a frente, projeções de cálculo para aposentadorias. Resultado atuarial é a diferença entre o que deveria ter e o que tenho. Percebemos que o que tenho disponível é menor do que eu deveria ter guardado, temos portanto uma diferença negativa, significa deficit atuarial. Valor do deficit atuarial apurado na avaliação é de 13.945.747,87. Se o valor evolui menos temos uma menor distância do que deveríamos ter. Ter deficit atuarial aqui no município não é novidade, bem como pagar, pois já viemos fazendo há alguns anos. Portanto o plano de custeio hoje temos 23,37% da folha de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - NESPREV
Conselho de Administração

ativos, conforme Lei Municipal nº 1.903/2021. Em média os executivos vão pagar está sendo de 36%, então percebam, que o fundo nosso, embora, para nós, logicamente é um valor representativo, mas, mesmo assim, o deficit é absolutamente comportável dentro dos padrões de mercado de RPPS, tanto é verdade que a alíquota está abaixo dos demais municípios. Com isso, a lei citada, precisará ser alterada e novos valores deverão ser fixados, conforme algumas tabelas, que tratam do prazo e do escalonamento da alíquota suplementar estabelecidas em conformidade com a Portaria nº 464/2018, a instrução normativa nº 7/2018 e a Portaria nº 14.816/2020. Na avaliação consta seis alternativas, sendo elas: Alternativa 1 – Prazo Remanescente – Alíquotas Suplementares (tabela 28); Alternativa 2 – LDA (Limite de Deficit Atuarial) e Duration – Alíquotas Suplementares (tabela 29); Alternativa 3 – Sobrevida – Alíquotas Suplementares (tabela 30); Alternativa 4 – Prazo Remanescente – Aportes Mensais (tabela 31); Alternativa 5 – LDA e Duration – Aportes Periódicos (tabela 32) e Alternativa 6 – LDA e Sobrevida – Aportes Periódicos (tabela 33). Onde sugeriu que seja analisada de acordo com a realidade do NESPREV, e que a deliberação ocorra em conjunto entre as alternativas da Tabela 30 (alternativa 01) e 31 (alternativa 04) apresentadas. Na primeira, o equacionamento seria apurado por meio financiamento por prazo remanescente, ou seja, manutenção do prazo para 2042, e aplicação de alíquotas suplementares iguais aos do antigo Plano de Amortização até 2023 e, a partir de 2024, a alíquota passaria para 14,19% até o ano de 2041 e 14,20% no ano de 2042. Na segunda, seria por financiamento por prazo de 35 anos, também tendo a manutenção da alíquota até 2023, e posteriormente teriam variação de 10,22% à 10,23% até o equacionamento, previsto para o ano de 2055. Ressaltando que após as providências em relação as ressalvas anteriormente recomendadas, se faz necessário que o Ente, em conjunto com o RPPS, promova a adequação de sua legislação no que se refere a este aspecto. O Atuário, Guilherme, comentou também sobre a adequação na legislação no que se refere à taxa de administração (ate quando podemos ir, para possibilitar pagar jeton etc). O estudo das alterações e a escolha do plano de custeio ficaram para ser analisados em um outro momento, após avaliação dos impactos pela unidade Gestora e pela Administração Pública, lembrando de obedecer sempre os 90 dias, ou seja, a noventena. conforme legislação, para tanto deverá ser aprovado até setembro as alterações necessárias. Na sequência, a representante da empresa de Referência Gestão e Risco, senhora Nurial Lopes Broll, fez uma prestação de contas, sobre os primeiros meses do ano de 2022, onde colocou que: Em 2021 tivemos um ganho de 573 mil, em 2019 ganhamos rendimento na casa de 2 milhões, porém a situação fiscal e o poder de compra dos brasileiros é pior em 30 anos e dos americanos em 40 anos. O ano de 2022 complicado, pois temos uma Selic de 13,25% e a inflação poderá ser espelho de 2015. Inflação provocada pelo cenário local, estiagem e chuva em potos diferentes, mas o que mais prejudicou foi o problema de Rússia e Ucrânia, esta faltando insumos, medicamentos, e a guerra não tem prazo. Ninguém imaginou que teríamos a guerra e já estamos em quatro meses de guerra, para se reestruturar vai ser necessários bilhões, guerra não tem prazo, 27% de grão vem da Rússia, produtor de petróleo, estamos com problemas internos no Petrobras. Energia elétrica, café, entre outros produtos, estão com aumento no ano, consequentemente inflação sobe e nossa meta também. Ou seja, inflação alta meta alta, no mínimo 14% de meta, E as eleições, investidor quer dinheiro, e quem vai prometer melhor, com esse olhar ele vai escolher, com isso teremos volatilidade. Hoje a questão eleitoral esta pulverizada, sem uma terceira via em destaque. Tivemos o mercado fechado na China, por três meses, portos fechados, consequentemente nosso desafio é maior. Dados econômicos fracos e parciais diante da greve dos servidores do Banco Central, inflação e meta atuarial boletim focus. O Banco Central, os analistas, estão reivindicando salário, por isso as informações não está ocorrendo como acontecia anteriormente. Tendencia do dólar subir, influenciando a inflação. Distribuição dos ativos nas instituições financeiras, fechamos já em 25 milhões, com uma distribuição interessante, com pequenos ajustes, mas não é o momento ainda, fazer no segundo semestre. Diversificação, da carteira, hoje DI é a razão, pois DI a tendência é atingir a inflação. Tendencia é no segundo semestre sair do IRF-M 1 e ir para DI. Desde o início a pandemia o IMA-B 5 e IDKA estão se mantendo, ambos batem meta e estão dando retorno. Temos hoje em nossa carteira, apenas 3,8% em alto risco, reiteramos que o NESPREV possui 38,2% em risco baixo e 45,40% em risco baixo médio. O NESPREV até maio obteve mais de 1 milhão de reais em rendimentos, atingindo 4,44% de rentabilidade. A



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - NESPREV
Conselho de Administração

questão da meta para o ano de 2022, onde estamos com 62% da meta, onde a meta hoje é desafio, analisando a atual conjuntura a expectativa é que não atingirmos a meta, hoje é difícil, porém temos cenários vindos, que poderá dar um novo reflexo. Destaques para o ano de 2022: política monetária americana, Inflação Global, Ucrânia X Rússia, China – Covid zero (com altos e baixos) sem previsão de novos fechamentos, perspectivas de Selic + alta, inflação Brasil (9,20%), indefinição fiscal para 2023, auxílios, que refletem no risco fiscal do país. Colocou também que com o advento da Portaria nº 1.467 de 02/06/22, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência, onde trata sobre diversos assuntos da gestão dos RPPS, ressaltou, para o Art. 115º, §1º. Já era uma questão exigida na portaria 519/2011, mas a alerta da empresa, vem por dois motivos, primeiro pelo grande número de ativos com prazos de carência ofertados pelas instituições financeiras atualmente e segundo para estarmos de acordo com a legislação vigente. Esse LEMBRETE, serve para aquele cliente que não esteja procedendo na emissão deste atestado quando investe em ativos com carência e para aquele RPPS que investirá, pois sabemos que em auditorias os mesmos são exigidos. Desta maneira disponibilizou um modelo para quem utilizará ou para quem necessita atualizar seus controles, que será tratado posterior diretamente com a gestora. No corpo da Portaria: *Art. 115. "A aplicação dos RPPS deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com os prazos e o montante das obrigações financeiras e atuariais dor regime, presentes e futuras. §1º 'As aplicações que apresentem prazos para os desinvestimentos, inclusive para vencimento ,resgate carência ou para conversão de cotas de fundo desinvestimentos, deverão ser precedidas de atestado elaborado pela unidade gestora, evidenciando a compatibilidade prevista. Sendo assim, todos os fundos de investimentos que possuírem PRAZO DE CARÊNCIA, será necessário o preenchimento do atestado de compatibilidade, onde mostra que o investimento está em conformidade com as obrigações presentes e futuras do RPPS. Ou seja, temos fluxo de caixa, para honrar os compromissos. Também mencionou que com relação ao relatório de risco, o que temos, mensalmente, já contém os riscos, basta publicar, porém, o NESPREV, já vem publicando mensalmente, podendo ser consultado no sítio do município, no link do NESPREV. Com essas colocações encerrou-se a participação da empresa de consultoria, passado a permanecer apenas os conselheiros, para dar sequência a reunião ordinária, conforme cronograma. Onde foram debatidos e deliberado sobre os seguintes assuntos: Análise e aprovação da Ata nº 007/2022, bem como o parecer, oriundos do Comitê de Investimentos, foi realizada a verificação e análise dos investimentos do NESPREV, dados extraídos do relatório gerado via sistema, sem o lançamento dos extratos oficiais do mês de maio, onde no mês de maio a rentabilidade obtida foi de R\$ 215.888,40 (Duzentos e quinze mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), o que representa um percentual 0,87% ao mês, e perfaz 4,40% da meta para o período e a meta acumulada (INPC +5,04%) fechou em 7,13%, com isso, no momento o NESPREV esta atingindo o percentual de 61,71% da meta. Para tanto, foi aprovado o parecer oriundo do Comitê de Investimentos. De acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, no artigo 3º, § 2º - os membros efetivos do Conselho, em sua primeira reunião ordinária, após a posse, escolherão entre seus pares o Presidente do Conselho e seu suplente (vice-presidente) e um conselheiro para secretariar os trabalhos, para um mandato de 02 (dois) ano, permitida uma única reeleição, portanto, conforme decisão unânime e votação favorável de todos os conselheiros foi reconduzida a presidente, conselheira Ana Claudia Tuzi Serafini, para mais um mandato de dois anos, ou seja, até a data de 24 de junho de 2024, onde deverá ser feita nova eleição. A gestora levou a conhecimento o conteúdo do Memorando 1342/2022, onde a Secretária de Fazenda e Planejamento encaminha ao Prefeito, com conhecimento ao NESPREV, pedido de saída do Conselho Fiscal do conselheiro Paulo Renato de Matos Junior, em substituição assumira o suplente Ricardo Alexandre Gonçalves Rocha, até o final do mandato, de acordo com a eleição ocorrida anteriormente. Devendo a gestora após os trâmites legais de nomeação, agilizar a certificação do mesmo. A gestora levou a conhecimento a proposta da Revista RPPS do Brasil, onde o investimento é no valor de R\$ 380,00 (Trezentos e oitenta reais) e contempla: 6 exemplares (um a cada bimestre); 1 publicação em uma única edição no nosso espaço curtas – brinde da sua assinatura; Envio do PDF da página publicada da edição que você participou; Envio do PDF digital da revista; Período da edição: 61 a 65; As revistas são disponibilizadas de forma física (envio via Correios*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - NESPREV
Conselho de Administração

com código de rastreio para que ambas as partes possam acompanhar a entrega) e digital (envio do PDF no e-mail cadastrado na assinatura). Após o envio da nota de empenho e emissão da nota fiscal, esse pagamento deve ser realizado em uma única parcela via Pix, Boletim ou Transferência OBS: Acaso solicite NF será acrescida taxa de 6,75% no valor TOTAL. Após análise, os conselheiros deliberaram por não efetuar a devida despesa, visto, que podemos ter acesso a informação através da internet. A gestora colocou que participou do curso sobre Elaboração da LDO 2023 promovido pela DPM, onde a despesa referente a taxa de inscrição foi pago com recursos do NESPREV e as diárias com despesas custeadas pelo ente. Onde, no referido curso foi tratado, sobre os seguintes assuntos: Ministrou o curso o senhor Lourenço de Wallau – Contador, onde foram trabalhados os seguintes assuntos: Embasamento legal da LDO, ou seja, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Síntese do Sistema de Planejamento Orçamentário, bem como um modelo de Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde ocorreu a apresentação de cada capítulo: Capítulo I – Disposições Preliminares; Capítulo II – Metas e Prioridades da Administração Pública; Capítulo III – Estrutura e Organização do Orçamento; Capítulo IV – Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas alterações, apresentando todas as seções; Capítulo V – Disposições sobre a Dívida Pública Municipal; Capítulo VI- Disposições sobre as despesas com pessoal e encargos; Capítulo VII – Alterações na Legislação Tributária e Capítulo VIII – Disposições Gerais. Também, foi explanado sobre o Manual dos Demonstrativos Fiscais e anexos. Com relação as capacitações/treinamentos/cursos e cursos a gestora apresentou os seguintes cursos, para análise e apreciação dos referidos conselheiros, conforme segue: - Treinamento Previdenciário, dias 07 e 8 de julho de 2022, promovido pela Referência Gestão e Risco, onde o custo da inscrição e de R\$ 450,00 por participante, após análise dos temas a serem trabalhados os conselheiros por todos os votos favoráveis para a participação da gestora, visto a mesma participar do painel sobre compensação previdenciária, em virtude do convite da empresa Referência Gestão e Risco, se tiver se fazer o deslocamento de ônibus, caso contrário, se for de veículo oficial poderá um conselheiro participar. A conselheira Cíntia Duarte, ficou de verificar a viabilidade de conseguir um veículo para deslocamento. - Oficina Técnica sobre a Portaria Nº 1.467/2022, nos dias 27 e 28 de julho de 2022 no Auditório da AIAMU na cidade de Porto Alegre, considerando a publicação da Portaria 1.467, do dia 02 de junho de 2022, que consolidou todas as normas dos RPPS, a AGIP está promovendo a oportunidade dos atores envolvidos com a gestão dos Regimes Próprios a acompanharem o detalhamento, ponto a ponto, desta inovação do Ministério do Trabalho e Previdência. Contará com a presença dos seguintes Técnicos da SPREV: ALEX ALBERT RODRIGUES – Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social; LEONARDO DA SILVA MOTTA – Coordenador Geral de Normatização e Acompanhamento Geral e LUIZ GONZAGA MADRUGA COELHO FILHO – Coordenador de Investimentos da SRPPS. Onde os conselheiros pela relevância do tema votaram favorável a participação da gestora e se for possível de algum conselheiro, devendo verificar a viabilidade financeira. Com relação a DPM também fará um curso sobre a Portaria, na segunda quinzena de julho, um curso mais técnico, com orientações aos municípios, diferente da AGIP que trará mais a linha direta aos RPPS, sendo que se tiver condições de participar é possível, devem ver a programação se não for idêntica a AGIP. Também foi colocado sobre a aprovação da conselheira Cíntia Duarte na prova de certificação profissional emitida pelo Instituto Totum, parabenizando pela conquista. Também foi deliberado e autorizado a gestora a realizar as reduções e suplementações necessárias, dentro do orçamento, conforme surgir demanda. Na mesma ocasião foi autorizado a gestora a fazer levantamento para a realização do II Seminário Previdenciário, buscando palestrantes dentro dos temas constante da avaliação no seminário anterior. Se for necessário para cobrir todas as despesas necessárias, o conselho, por todos os votos favoráveis, aprova que seja utilizada a reserva da taxa de administração, para que possa ser cumprido todas as atividades projetadas para 2022.. Para o exercício de 2023 deverá ser feito um estudo preliminar e levar a conhecimento do prefeito, das despesas fixas, ou seja, de despesas que podem ser arcadas com recursos do ente, ou, então, que seja estudada a viabilidade de aumentar a taxa de administração, para o percentual de acordo com o porte do RPPS e com o Progestão. Nada mais havendo a constar encerro a presente ata, que após lida e achada conforme, é assinada por mim e pelos demais presentes. Nova Esperança do Sul, 22 de junho de 2022.

Cíntia Duarte, Bruno Frizzo, Adalberto